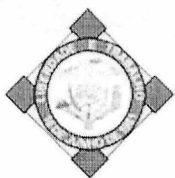


CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

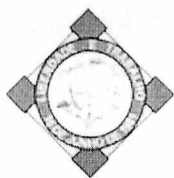
ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA Nº 17/2019

Ao vigésimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, às dezoito horas e trinta minutos, reuniram-se em Sessão Ordinária no Plenário da Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste – Rondônia, situado na Avenida Gonçalves Dias, sob o número quatro mil duzentos e trinta e seis, com a presença do Excelentíssimo Senhor Vereador e Presidente Josimar Rabelo Cavalcante, sendo secretariado pelo primeiro secretário o vereador Jeferson André da Silva, estando presentes os vereadores Antônio Celso da Silva Coelho, Bruno Brustolon, Delísio Fernandes Almeida Silva, vice - presidente Eudes Venâncio de Souza, segundo secretário Edis Farias Amaral, Ivone Vicentin e Sergio Pinheiro Castilho Filho. O presidente Josimar Rabelo Cavalcante convidou o assessor jurídico Dr. Helenilson para ler um trecho bíblico, pedindo a todos que fiquem de pé. Após a leitura do trecho bíblico o vereador e presidente Josimar Rabelo Cavalcante colocou para votação a ata anterior. Coloco em discussão a ata anterior. Não havendo discussão, coloco em votação. O vereador que concorda permaneça como está, e o que discorda se manifeste. **ATA ANTERIOR APROVADA POR OITO VOTOS FAVORÁVEIS.** O presidente Josimar Rabelo pediu ao primeiro secretário Jeferson Silva que faça a leitura das matérias pautadas na ordem do dia. O primeiro secretário antes de iniciar a leitura das matérias pediu ao presidente para convidar os senhores Itamar, Jean e Zézim Pedemanga, para compor a mesa diretora, o presidente atendeu se pedido. Então, o primeiro secretário fez a leitura das matérias. Leitura para “CONHECIMENTO” do Projeto de Lei do Legislativo de número seiscentos e cinquenta e um de vinte e quatro de maio de dois mil e dezenove que “RECONHECE COMO UTILIDADE PÚBLICA O DIA MUNICIPAL DOS AVENTUREIROS”. “O Clube de Aventureiros é um programa internacional que visa o lazer e atividades, patrocinado pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. Essa entidade tem por objetivo ajudar crianças na faixa etária de seis a nove anos a desenvolverem a parte física, emocional e social. O clube de aventureiros existe com o propósito de apoiar os pais ou responsáveis na tarefa de educar crianças para Jesus.” Leitura para “CONHECIMENTO” do Projeto de Lei do Legislativo de número seiscentos e cinquenta e dois de vinte e dois de maio de dois mil e dezenove que “RECONHECE COMO UTILIDADE PÚBLICA A APROVIC – ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO KM VINTE E CINCO”. “A entidade aqui destacada tem por finalidade atuar na representação de seus associados e da comunidade rural localizada na linha duzentos e cinco, zona rural do Distrito de Rondominas, neste Município. Associação representativa, que busca defender os interesses do homem do campo, pugnando por melhorias nas estradas vicinais, escoamento de produção e ainda investimentos na educação e transporte escolar.” Leitura para “CONHECIMENTO” do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta e seis de vinte e um de maio de dois mil e dezenove que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABRIR NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. A solicitação no valor de Trinta e seis mil reais se faz necessário para atender as necessidades do Gabinete do Prefeito para atender ao aditivo



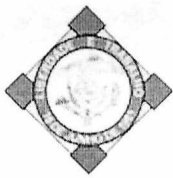
CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

de vinte e cinco por cento, referente ao Contrato de número vinte e oito de dois mil e dezoito que tem como objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de publicidade e propaganda. Segue anexo Memorando de número duzentos e quarenta e três do Gabinete do Prefeito de quinze de maio de dois mil e dezenove e Memorando de número duzentos e oitenta e quatro da SEMINFRA que disponibiliza parte do valor ora solicitado Dezesesseis mil reais, Parecer da Contabilidade, Parecer Jurídico e Parecer da Coordenadoria do Controle Interno. Leitura para “CONHECIMENTO” do Veto ao Projeto de Lei do Legislativo de número seiscentos e quarenta e nove de dezesseis de abril de dois mil e dezenove, inciso XII DO ARTIGO PRIMEIRO QUE “DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA REDAÇÃO DA LEI DE NÚMERO DOIS MIL TREZENTOS E SETENTA E OITO DE DOIS MIL E DEZENOVE DE SETE DE AGOSTO DE DOIS MIL E DEZESSETE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. “Impõe-se o veto ao dispositivo acima citado pois as vias secundárias mencionadas no inciso XII do artigo primeiro, possuem menos fluxo de veículos no trânsito naquela localidade do Bairro Jardim Novo Estado. XII — Rua Juscelino Kubitschek trecho compreendido entre Ruas D. Pedro II, e Espírito Santo, sentido Avenida Jorge Teixeira.” Leitura do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta de vinte e um de maio de dois mil e dezenove que “DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO ARTIGO DEZESSEIS DA LEI DE NÚMERO DOIS MIL QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO DE, DEZESSEIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO, QUE INSTITUI O NOVO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE — RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”. Haja vista, que é nulo de pleno direito, a criação ou aumento da despesa sem a comprovação da estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes. E, conforme já mencionado pelo Departamento da Contabilidade não foi realizado no Processo Administrativo de número três mil quatrocentos e sessenta e dois de dois mil e dezessete, que trata da Revisão do Plano de Carreira e Salários dos Servidores Municipais o impacto orçamentário da despesa criada no artigo dezesseis da Lei dois mil quatrocentos e trinta e cinco do ano de dois mil e dezoito, que concedeu progressão horizontal, por nova titulação profissional, de dez por cento a cada nova habilitação, até o limite de duas habilitações de vinte por cento. Leitura para “CONHECIMENTO” do parecer do relator, das Comissões Permanentes de Justiça e Redação, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta de dois mil e dezenove. Leitura para “CONHECIMENTO” do parecer de número trinta e oito de dois mil e dezenove das Comissões Permanentes de Justiça e Redação, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta de dois mil e dezenove. Leitura do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta e um de nove de maio de dois mil e dezenove que “DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA DE NÚMERO QUATROCENTOS E TRÊS, DE DEZ DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E OITO”. “O objetivo do presente Projeto de Lei em comento é alteração de alíquota de contribuição



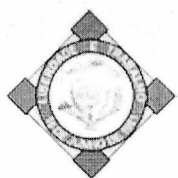
CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

parte patronal do Município para o IPSM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO—IPSM, e Plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial, com a finalidade de adequação das novas alíquotas de acordo com a Avaliação Atuarial realizada em dois mil e dezenove, em atendimento as diretrizes das normatizações do Ministério da Previdência Social em especial a Portaria MPS quatrocentos e três de dez de dezembro de dois mil e oito e alterações posteriores para fins de aprimorar e dar melhor aplicabilidade aos benefícios previdenciários.” Leitura do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta e dois de dez de maio de dois mil e dezenove que “DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI DE NÚMERO DOIS MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E SEIS DE CINCO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO À CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA, COM GARANTIA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES — MOBILIDADE URBANA”. “O presente Projeto tem por finalidade revogar a Lei de número dois mil quinhentos e cinquenta e seis de cinco de dezembro de dois mil e dezoito. O Gabinete do Prefeito, através da Diretora de Assuntos Estratégicos, justifica que não será mais viável a aplicabilidade da Lei de número dois mil quinhentos e cinquenta e seis de dois mil e dezoito, que diz respeito ao financiamento junto à Caixa econômica Federal — CEF que visa à operação de crédito junto ao Ministério das Cidades do Programa Avançar Cidades. Ocorre que dentro das exigências do Projeto foram requeridas a drenagem das vias que serão pavimentadas. Diante disso, é imprescindível a revogação da lei e quando finalizado o Projeto que encontra-se em trâmite junto à Caixa Econômica Federal e será necessário uma nova lei autorizativa”. Leitura do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta e três do ano de dois mil e dezenove de dez de maio de dois mil e dezenove que “AUTORIZA A DESAFETAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA URBANA DE VINTE E NOVE MIL QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS METROS E VINTE CENTÍMETROS, DO LOTE NOVICENTOS E NOVENTA E NOVE, QUADRA OITENTA E DOIS, SETOR UM, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. “Objetivo do projeto de Desafetação beneficiará aproximadamente trinta e duas famílias que já residem naquela localidade há anos, sendo que referidas famílias são de baixa renda.” Leitura do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro do ano de dois mil e dezenove de dez de maio de dois mil e dezenove que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — CAIXA, COM GARANTIA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES — MOBILIDADE URBANA. “A presente matéria de um Projeto de Lei, que tem por objeto autorizar o financiamento até o limite do valor de quinze milhões, pelo Município de Ouro Preto do Oeste junto à Caixa Econômica Federal — CEF, que visa operação de crédito junto ao Ministério das Cidades, conforme Carta Consulta de número mil quinhentos e sessenta e seis ponto vinte e quatro ponto mil oitocentos e um de dois mil e dezoito que consta pré-aprovado, para pavimentação asfáltica e recapeamento que no total serão vinte um mil quatrocentos e três quilômetros.” Leitura



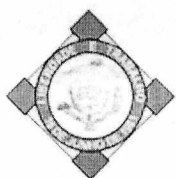
CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

das Indicações de número cento e quarenta e sete e cento e quarenta e oito do Gabinete quatro da Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste do ano de dois mil e dezenove de autoria do Vereador PRP Eudes Venâncio de Souza. Leitura das Indicações de número cento e quarenta e nove e cento e cinquenta do Gabinete dois da Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste do ano de dois mil e dezenove de autoria do Vereador PRP Antônio Celso Coelho. Leitura da Indicação de número cento e cinquenta e um e cento e cinquenta e dois do Gabinete oito da Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste do ano de dois mil e dezenove de autoria do Vereador MDB Jeferson Silva. Leitura das Indicações de número cento e cinquenta e três, cento e cinquenta e quatro e cento e cinquenta e cinco do Gabinete sete da Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste do ano de dois mil e dezenove de autoria do Vereador PSD Edis Farias Amaral. O presidente passou a palavra aos vereadores inscritos para a discussão das matérias pautadas na ordem do dia, convidando-os a fazer uso da tribuna. O vereador Delísio Fernandes fez o uso da tribuna. Em sua fala agradeceu a presença de todos e também lembrou a todos que o projeto de lei dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro poderá asfaltar quase a cidade todo se as obras transcorrerem sem nenhum contratempo. O vereador também tratou do projeto de lei dois mil quatrocentos e cinquenta que segundo o mesmo esboça uma tentativa da assessoria jurídica, contabilidade e serviço interno da prefeitura em tirar os poucos direitos que os servidores já tem. Para transmitir sua opinião sobre o referido projeto de lei, o vereador fez a leitura dos artigos que a assessoria do executivo trouxe na redação do projeto, para posterior discussão encima deles. Posteriormente, o vereador Delísio Fernandes expos que não acha que o executivo está errado quanto a parte jurídica orçamentária, mas lembrou que esse não é o primeiro projeto de mudança no plano de carreira dos servidores públicos que veio com essa deficiência e foi aprovado. O vereador lembrou também que o vereador Serginho Castilho pediu voto de confiança no prefeito, mas o vereador Delísio salienta que para se ter confiança se necessita ter garantias, garantias essas que não foram adquiridas, pois um dos acordos firmados entre executivo e o Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais de Ouro Preto, foi o de não haver a elaboração de uma ata durante as negociações com o executivo. Outro ponto levantado pelo vereador Delísio Fernandes foi o de que durante a reunião das comissões permanentes uma das ideias levantadas era a de o executivo enviar outro projeto de lei tratando da mesma matéria, mas que assegurasse a aplicabilidade em dois mil e dezenove ou dois mil e vinte, da parte da redação do plano de carreira dos servidores municipais, que contemple a progressão horizontal para aqueles servidores que concluíram curso superior ou técnico, após a sua tomada de posse do cargo. Prosseguindo com seu discurso, o vereador explicou que está ocorrendo perda de direitos pelos servidores com o texto do projeto e que o mesmo vê com preocupação essa perda, haja vista que, já houve perdas na gestão democrática do IPSM – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais. Com relação a atuação do executivo nas discussões do projeto, o vereador Delísio Fernandes expos que não faltou por parte dos servidores ou do sindicato (STPMOP), vontade de negociar mudanças no projeto. Concluindo sua fala o vereador declarou que votará contrário ao referido projeto de lei por achar que a perda desse direito, pode consequentemente, dar



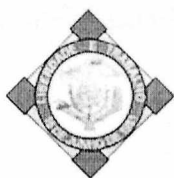
CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

abertura para a perda de outros direitos. O vereador Serginho Castilho pediu por questão de ordem ao presidente que lhe fosse permitido fazer o uso da tribuna, restituindo o seu tempo de tribuna, que o mesmo avia dispensado, e o presidente concedeu. O vereador Serginho Castilho fez o uso da tribuna. Em sua fala agradeceu a presença e explicou o dilema no tange o projeto de lei dois mil quatrocentos e cinquenta. De acordo com o vereador o projeto tem todos os pareceres e o impacto. O impacto vertical está tudo certo e os servidores não necessitam ficar preocupados. O impacto contábil horizontal é o que não tem, o impacto horizontal prevê dez por cento e posterior mais dez por cento, explicou o vereador. Sendo que, esse impacto horizontal existe, mas somente prevê a incorporação dos percentuais, após o estabelecimento do índice. Continuando, o vereador esclareceu que o tribunal de contas e alguns advogados que entraram com mandado de segurança no Ministério Público, acarretaram o pedido de vista e carga de todo o projeto. O Ministério Público pode considerar o projeto de lei como ato nulo, tendo em vista os problemas do impacto elencados no artigo dezesseis. Podendo até haver a perda de todo o projeto de lei que estabelece o plano de carreira dos servidores públicos. Então, o vereador Sergio Castilho, defendeu que o prefeito não tinha compromisso de campanha com relação ao plano de carreira, mas juntamente com o sindicato e suas lideranças, em períodos diferentes da gestão atual, em tom harmonioso, comprometeu-se com os vereadores para que o plano de carreira fosse concluído. O vereador acrescentou ainda que os vereadores são os maiores interessados nesta questão. Prosseguindo, o vereador Serginho Castilho informou a todos que as portarias incorporadas pelas diretorias de colégios, não tinham impacto horizontal e por isso o tribunal de contas mandou suspender e que haja devolução do valor retroativo. Partindo disso, o vereador Sergio destacou que essas leis de incorporações estão se tornando recorrentes em todo o estado. Tanto é que o mesmo sugeriu que fosse parada uma lei de incorporação dos fiscais até que avesse uma pacificação estadual. O vereador aproveitou novamente para declarar que se não fosse retirado desse artigo, colocaria em risco o plano de carreira dos servidores públicos municipais. O vereador também lamentou que não muitos servidores puderam ouvir a explicação do advogado do sindicato. Continuando com sua fala o vereador Serginho Castilho explicou que o prefeito pediu um voto de confiança, haja vista que, o prefeito não tinha compromisso com essa demanda inicialmente. Sendo então, a retirada do artigo dezesseis necessária para regulação do projeto de lei e juntamente com a lista de pessoas que está nas mãos do professor Itamar, presidente do sindicato, será possível fazer o impacto exato nas contas públicas. O vereador Sergio salientou que essa questão deve ser analisada com cuidado, pois poderá trazer dano para mais de mil funcionários. O vereador ainda convidou os que discordam da sua explicação a procurarem o advogado do sindicato ou a assessoria jurídica da prefeitura para maiores esclarecimentos e também destacou que ata não garante nada. Concluindo sua fala o vereador reafirmou o seu compromisso juntamente com os demais vereadores e o prefeito, de no segundo semestre votarem um projeto de lei que garanta os direitos de progressão horizontal dos servidores com impacto. O vereador Delísio Fernandes pediu a palavra ao presidente, que a concedeu. Em sua fala informou que ata tem validade, valor documental. Sendo que uma ata garantiu que professores garantissem alguns direitos na justiça no mandato do ex-prefeito Alex



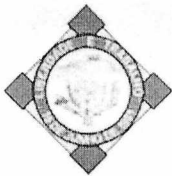
CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

Testoni. Continuando o vereador lembrou que o prefeito havia imputado a si, a denúncia ao tribunal de contas que, conseqüentemente, gerou o pedido de suspensão e devolução das portarias incorporadas pelos diretores das escolas, nesse mesmo sentido, o vereador concluiu sua fala, salientando que quando estava a frente do sindicato, realmente denunciava aquilo que na sua concepção era errado, mas não foi o caso das portarias incorporadas pelos diretores. O vereador Serginho Castilho pediu a palavra ao presidente, que a concedeu. Em sua fala elencou que é um fato a necessidade de se revogar o artigo dezesseis do projeto de lei que dispõem sobre o plano de carreira dos servidores públicos, pois assim se poderá ajustar a legislação para que não ocorra o que houve no caso dos professores, que terão que devolver o que receberam retroativamente com as incorporações de portarias. O vereador Delísio Fernandes pediu a palavra ao presidente, que a concedeu. Em sua fala declarou que se o prefeito quisesse manter os direitos dos servidores, ele não mandaria revogar o artigo dezesseis, mas mandaria um projeto novo com as alterações necessárias, garantido até o ano que vem, os direitos dos servidores públicos municipais. O vereador Sergio Castilho pediu a palavra ao presidente, que a concedeu. Em sua fala pediu ao presidente que convidasse o senhor Itamar presidente do sindicato para tecer explicações sobre o processo de discussões sobre o referido projeto de lei, tendo em vista que, o mesmo acompanhou todo o processo de negociações. O presidente convidou o professor Itamar para fazer o uso da tribuna, e o mesmo atendeu. O presidente do sindicato Itamar confirmou as palavras do vereador Sergio, quanto ao acompanhamento por parte do sindicato no decorrer das discussões sobre o projeto de lei de revogação do artigo dezesseis. O professor também expressou que corrobora com o vereador Delísio Fernandes, quando o vereador exemplificou que o executivo poderia fazer outra lei que arrumasse o problema existente, mantendo assim os direitos dos servidores. O presidente Itamar continuando sua fala, informou a todos que a diretoria do sindicato conseguiu obter de todos os vereadores e do prefeito, a promessa de que o quanto antes no segundo semestre (leia-se segundo período legislativo) será feita e votada uma lei complementar devolvendo o que se perdeu nessa revogação do artigo dezesseis. O professor Itamar também salientou que pelas análises existentes a falta de impacto realmente torna o projeto ato nulo, mas ressaltou que as discussões poderiam ter se estendido mais, para que possibilitasse o aparecimento de novas ideias. O vereador Serginho Castilho pediu a palavra ao professor Itamar, que a concedeu. Em sua fala o vereador esclareceu que se não houvesse a denúncia sobre a falta de impacto para amparar o artigo dezesseis ao ministério público e primeiramente fosse os vereadores ou o executivo procurado para resolver esse problema, então, somente então, haveria tempo para maiores discussões sobre o tema. O vereador Delísio Fernandes pediu a palavra ao professor Itamar, que a concedeu. Em sua fala o vereador contestou o dado utilizado pelo vereador Sergio Castilho, quando o mesmo fala do tempo reduzido para maiores discussões, por haver a entrada do mandado de segurança. O vereador Delísio, salientou que primeiramente os servidores que queriam incorporações amparados pelo artigo dezesseis, emitiram um requerimento administrativo, que possivelmente após ser indeferido, os levaram a entrar com mandado de segurança. O vereador Serginho Castilho tomando a palavra declarou que o requerimento administrativo feito pelos servidores era lhe desconhecido,



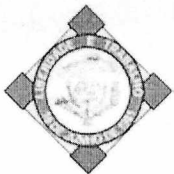
CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

possivelmente, também era desconhecido pelos demais vereadores, mesmo esse requerimento estando tramitando por muito tempo na administração do executivo. O professor Itamar retomando a palavra. Lembrou a todos que os servidores foram iludidos sobre o assunto, pois quando procuraram a contabilidade da prefeitura, para obterem maiores informações. Obtiveram a resposta de que o processo de contabilidade do piso salarial do magistério e dos Agentes Comunitários de Saúde, impossibilitava naquele momento, os cálculos das incorporações dos servidores que se embasavam no artigo dezesseis. O professor e presidente do sindicato senhor Itamar, pediu aos vereadores que suspendessem a votação do projeto de lei que revoga o artigo dezesseis do plano de carreira dos servidores públicos, para que posteriormente com tempo, o executivo envie para a casa um novo projeto de lei que possa então regularizar e manter os direitos adquiridos pelos servidores. O vereador Sergio Castilho respondendo a proposta do senhor Itamar, declarou que seria possível se o sindicato tomar para si a responsabilidade, caso seja mantido o artigo dezesseis e o ato futuramente sendo considerado nulo, arcar com qualquer valor retroativo a pagar. Concluindo o seu pronunciamento o senhor Itamar, agradeceu a compreensão e paciência de todos. O presidente sugeriu que fosse colocado em votação a retirada do projeto de lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta. O vice-presidente Eudes Venâncio pediu a suspensão da sessão, antes da votação da retirada do projeto de lei citado. O presidente atendendo ao pedido do vereador Eudes Venâncio, colocou em votação a suspensão da sessão por cinco minutos. Coloco em votação a suspensão da sessão. O vereador que concorda permaneça como está, o que discorda se manifeste. **SUSPENSÃO POR CINCO MINUTOS DA SESSÃO, APROVADA POR OITO VOTOS.** O presidente J. Rabelo colocou em votação a suspensão da votação do projeto de lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta. Coloco em votação, o vereador que concorda permaneça como está, o que discorda se manifeste. **SUSPENSÃO DO PROJETO DE LEI DE NÚMERO DOIS MIL QUATROCENTOS E CINQUENTA REPROVADA POR SETE VOTOS CONTRÁRIOS E UM FAVORÁVEL (DELÍCIO).** DISCUSSÃO e VOTAÇÃO "ÚNICA" do parecer de número trinta e oito de dois mil e dezenove das Comissões Permanentes de Justiça e Redação, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta de dois mil e dezenove. Coloco em discussão. Não havendo discussão, coloco em votação. O vereador que concorda permaneça como está, o que discorda se manifeste. **APROVADO POR SETE VOTOS FAVORÁVEIS E UM CONTRÁRIO (DELÍCIO).** Discussão e "PRIMEIRA VOTAÇÃO" do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta de vinte e um de maio de dois mil e dezenove que "DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DO ARTIGO DEZESSEIS DA LEI DE NÚMERO DOIS MIL QUATROCENTOS E TRINTA E CINCO DE, DEZESSEIS DE JANEIRO DE DOIS MIL E DEZOITO, QUE INSTITUI O NOVO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS GERAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE OURO PRETO DO OESTE — RO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". Coloco em discussão. Não havendo discussão, coloco em votação. Por ser matéria de dois terços, peço ao primeiro secretário Jeferson André da Silva que faça a chamada dos vereadores para votação. Vereador Antônio Celso da Silva Coelho voto **FAVORÁVEL**, vereador



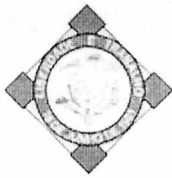
CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

Bruno Brustolon voto **FAVORÁVEL**, vereador Delísio Fernandes Almeida Silva voto **CONTRÁRIO**, vereador e vice-presidente Eudes Venâncio de Souza voto **FAVORÁVEL**, vereador e segundo secretário Edis Farias Amaral voto **FAVORÁVEL**, vereadora Ivone Vicentin voto **FAVORÁVEL**, vereador Sergio Pinheiro Castilho Filho voto **FAVORÁVEL**, vereador e primeiro secretário Jeferson André da Silva voto **FAVORÁVEL**, vereador e presidente Josimar Rabelo Cavalcante voto **CONTRÁRIO**. **APROVADO POR SETE VOTOS FAVORÁVEIS E DOIS CONTRÁRIOS (J. RABELO E DELÍSIO).** Discussão e "SEGUNDA VOTAÇÃO" do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta e um de nove de maio de dois mil e dezenove que "DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA COBERTURA DO DÉFICIT ATUARIAL, CONFORME DIRETRIZES EMANADAS PELA PORTARIA NÚMERO QUATROCENTOS E TRÊS, DE DEZ DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E OITO". "O objetivo do presente Projeto de Lei em comento é alteração de alíquota de contribuição parte patronal do Município para o IPSM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO—IPSM, e Plano de amortização para equacionamento do déficit atuarial, com a finalidade de adequação das novas alíquotas de acordo com a Avaliação Atuarial realizada em dois mil e dezenove, em atendimento as diretrizes das normatizações do Ministério da Previdência Social em especial a Portaria MPS quatrocentos e três de dez de dezembro de dois mil e oito e alterações posteriores para fins de aprimorar e dar melhor aplicabilidade aos benefícios previdenciários." Coloco em discussão. Não havendo discussão, coloco em votação. Por ser matéria de dois terços, peço ao primeiro secretário Jeferson André da Silva que faça a chamada dos vereadores para votação. Vereador Antônio Celso da Silva Coelho voto **FAVORÁVEL**, vereador Bruno Brustolon voto **FAVORÁVEL**, vereador Delísio Fernandes Almeida Silva voto **FAVORÁVEL**, vereador e vice-presidente Eudes Venâncio de Souza voto **FAVORÁVEL**, vereador e segundo secretário Edis Farias Amaral voto **FAVORÁVEL**, vereadora Ivone Vicentin voto **FAVORÁVEL**, vereador Sergio Pinheiro Castilho Filho voto **FAVORÁVEL**, vereador e primeiro secretário Jeferson André da Silva voto **FAVORÁVEL**, vereador e presidente Josimar Rabelo Cavalcante voto **FAVORÁVEL**. **APROVADO POR NOVE VOTOS FAVORÁVEIS.** Discussão e "SEGUNDA VOTAÇÃO" do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta e dois de dez de maio de dois mil e dezenove que "DISPÕE SOBRE A REVOGAÇÃO DA LEI DE NÚMERO DOIS MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E SEIS DE CINCO DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DEZOITO, QUE AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO À CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CAIXA, COM GARANTIA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES — MOBILIDADE URBANA". "O presente Projeto tem por finalidade revogar a Lei de número dois mil quinhentos e cinquenta e seis de cinco de dezembro de dois mil e dezoito. O Gabinete do Prefeito, através da Diretora de Assuntos Estratégicos, justifica que não será mais viável a aplicabilidade da Lei de número dois mil quinhentos e cinquenta e seis de dois mil e dezoito, que diz respeito ao financiamento junto à Caixa econômica Federal — CEF que visa à operação de crédito junto ao



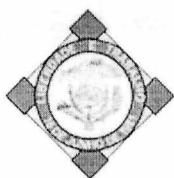
CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

Ministério das Cidades do Programa Avançar Cidades. Ocorre que dentro das exigências do Projeto foram requeridas a drenagem das vias que serão pavimentadas. Diante disso, é imprescindível a revogação da lei e quando finalizado o Projeto que encontra-se em trâmite junto à Caixa Econômica Federal e será necessário uma nova lei autorizativa”. Coloco em discussão. Não havendo discussão, coloco em votação. Por ser matéria de dois terços, peço ao primeiro secretário Jeferson André da Silva que faça a chamada dos vereadores para votação. Vereador Antônio Celso da Silva Coelho voto **FAVORÁVEL**, vereador Bruno Brustolon voto **FAVORÁVEL**, vereador Delísio Fernandes Almeida Silva voto **FAVORÁVEL**, vereador e vice-presidente Eudes Venâncio de Souza voto **FAVORÁVEL**, vereador e segundo secretário Edis Farias Amaral voto **FAVORÁVEL**, vereadora Ivone Vicentin voto **FAVORÁVEL**, vereador Sergio Pinheiro Castilho Filho voto **FAVORÁVEL**, vereador e primeiro secretário Jeferson André da Silva voto **FAVORÁVEL**, vereador e presidente Josimar Rabelo Cavalcante voto **FAVORÁVEL**. **APROVADO POR NOVE VOTOS FAVORÁVEIS.** Discussão e “SEGUNDA VOTAÇÃO” do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta e três do ano de dois mil e dezenove de dez de maio de dois mil e dezenove que “AUTORIZA A DESAFETAÇÃO DE ÁREA PÚBLICA URBANA DE VINTE E NOVE MIL QUINHENTOS E SESSENTA E TRÊS METROS E VINTE CENTÍMETROS, DO LOTE NOVICENTOS E NOVENTA E NOVE, QUADRA OITENTA E DOIS, SETOR UM, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. “Objetivo do projeto de Desafetação beneficiará aproximadamente trinta e duas famílias que já residem naquela localidade há anos, sendo que referidas famílias são de baixa renda.” Coloco em discussão. Não havendo discussão, coloco em votação. Por ser matéria de dois terços, peço ao primeiro secretário Jeferson André da Silva que faça a chamada dos vereadores para votação. Vereador Antônio Celso da Silva Coelho voto **FAVORÁVEL**, vereador Bruno Brustolon voto **FAVORÁVEL**, vereador Delísio Fernandes Almeida Silva voto **FAVORÁVEL**, vereador e vice-presidente Eudes Venâncio de Souza voto **FAVORÁVEL**, vereador e segundo secretário Edis Farias Amaral voto **FAVORÁVEL**, vereadora Ivone Vicentin voto **FAVORÁVEL**, vereador Sergio Pinheiro Castilho Filho voto **FAVORÁVEL**, vereador e primeiro secretário Jeferson André da Silva voto **FAVORÁVEL**, vereador e presidente Josimar Rabelo Cavalcante voto **FAVORÁVEL**. **APROVADO POR NOVE VOTOS FAVORÁVEIS.** Leitura do Projeto de Lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta e quatro do ano de dois mil e dezenove de dez de maio de dois mil e dezenove que “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONTRATAR FINANCIAMENTO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL — CAIXA, COM GARANTIA DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO, NO ÂMBITO DO PROGRAMA AVANÇAR CIDADES — MOBILIDADE URBANA. “A presente matéria de um Projeto de Lei, que tem por objeto autorizar o financiamento até o limite do valor de quinze milhões, pelo Município de Ouro Preto do Oeste junto à Caixa Econômica Federal — CEF, que visa operação de crédito junto ao Ministério das Cidades, conforme Carta Consulta de número mil quinhentos e sessenta e seis ponto vinte e quatro ponto mil oitocentos e um de dois mil e dezoito que consta pré-aprovado, para pavimentação asfáltica e recapeamento que no total serão vinte um mil quatrocentos e três quilômetros.” Coloco



CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

em discussão. Não havendo discussão, coloco em votação. Por ser matéria de dois terços, peço ao primeiro secretário Jeferson André da Silva que faça a chamada dos vereadores para votação. Vereador Antônio Celso da Silva Coelho voto **FAVORÁVEL**, vereador Bruno Brustolon voto **FAVORÁVEL**, vereador Delísio Fernandes Almeida Silva voto **FAVORÁVEL**, vereador e vice-presidente Eudes Venâncio de Souza voto **FAVORÁVEL**, vereador e segundo secretário Edis Farias Amaral voto **FAVORÁVEL**, vereadora Ivone Vicentin voto **FAVORÁVEL**, vereador Sergio Pinheiro Castilho Filho voto **FAVORÁVEL**, vereador e primeiro secretário Jeferson André da Silva voto **FAVORÁVEL**, vereador e presidente Josimar Rabelo Cavalcante voto **FAVORÁVEL**. **APROVADO POR NOVE VOTOS FAVORÁVEIS.** Não havendo matérias para votação, o presidente passou para o período de explicações pessoais. Convidando os vereadores que estavam inscritos na lista de oratória. O presidente fez o seu pronunciamento da mesa diretora. Em sua fala agradeceu a presença de todos. O vice-presidente Eudes Venâncio fez seu pronunciamento da mesa diretora. Em sua fala agradeceu a presença de todos e também salientou que é com pesar que votou na revogação do artigo dezesseis, mas que no momento é melhor se resguardar do que, posteriormente ter que devolver valores retroativos. Concluindo sua fala o vereador lembrou a todos que ele mesmo tem familiares servidores públicos e que a outros vereadores na mesma situação, mas mesmo assim votou pela revogação do artigo dezesseis. O vereador Serginho Castilho fez o seu pronunciamento da sua mesa. Em sua fala o vereador agradeceu ao deputado federal Lúcio Mosquini, informando que o complexo que está sendo concluindo no aeroporto só seria possível com o apoio do deputado e que o deputado já investiu quase seis milhões de reais no Município de Ouro Preto do Oeste. Outro ponto destacado pelo vereador em relação ao trabalho do deputado Lúcio Mosquini, é o do seu empenho em destravar políticas públicas que ajudam o Município no âmbito estadual e federal, haja vista que, a região de Ouro Preto é o seu segundo reduto eleitoral. Continuando seu pronunciamento o vereador Sergio Castilho, também destacou o apoio do deputado estadual Esmael Crispin, que por intermédio de emenda parlamentar adquiriu instrumental cirúrgico para o Município. A vereadora Ivone Vicentin aproveitou o pedido por maiores explicações do vereador Serginho Castilho para a mesma, já que a área da saúde é sua especialidade. E explicou que o instrumental cirúrgico não foi a única ajuda por parte do deputado estadual Esmael Crispin, pois o mesmo também adquiriu para o hospital municipal uma nova lavanderia. A vereadora também salientou que o deputado se comprometeu em ajudar mais o município de Ouro Preto. O vereador Serginho Castilho retomando a palavra. Frisou que o deputado estadual Esmael Crispin obteve sete votos no município de Ouro Preto, mas vem se comprometendo em nos ajudar e inclusive em uma aproximação do deputado Lebrão com o Município. Concluindo sua fala o vereador Serginho Castilho declarou que não é fácil esse trabalho, mas aos poucos estamos conseguindo as coisas necessárias para o Município e mais uma vez agradeceu ao apoio dos deputados citados. A vereadora Ivone Vicentin fez seu pronunciamento da sua mesa. Em sua fala a vereadora cumprimentou a todos os presentes e também agradeceu ao deputado Lúcio Mosquini pelo apoio. Concluindo sua fala a vereadora declarou que sente orgulho de ter apoiado e continuar apoiando deputados que ajudam Ouro Preto. O vereador Celso

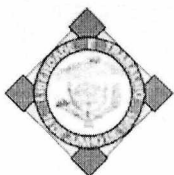


CÂMARA MUNICIPAL

ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE

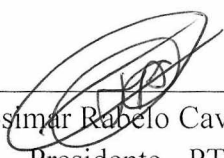
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

Coelho fez o seu pronunciamento da sua mesa. Em sua fala o vereador agradeceu a presença de todos e também agradeceu a presença do engenheiro Jean. O segundo secretário Edis Farias fez o seu pronunciamento da tribuna. Em sua fala o vereador agradeceu aos trabalhos que o senhor Jean esteve a frente em Rondominas, arrumando a linha cento e cinquenta e três. O primeiro secretário também destacou que o projeto de lei do legislativo que prevê o título de utilidade pública para a APROVIC – Associação dos Produtores Rurais do km vinte e cinco, foi para conhecimento e que espera se for possível que o mesmo, seja votado na data presente ou na próxima sessão. O presidente respondendo ao vereador Edis Farias, informou que após consulta a assessoria da casa, será colocado em votação o projeto de lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta e o projeto de lei do legislativo de número seiscentos e cinquenta e dois, caso o vereador deseje. O vereador Serginho Castilho, relator da Comissão de Justiça e Redação, declarou que o parecer da comissão será favorável ao projeto de lei do legislativo de número seiscentos e cinquenta e dois, caso queiram fazer sua votação em sessão extraordinária. O vereador e primeiro secretário Edis Farias, agradeceu ao apoio demonstrado pelos vereadores e concluiu seu pronunciamento. O vereador Bruno Bruntolon fez o seu pronunciamento da sua mesa. Em sua fala o vereador agradeceu a presença de todos e também agradeceu ao trabalho que vem desempenhando o senhor Jean. O vereador Delísio Fernandes fez o seu pronunciamento da sua mesa. Em sua fala o vereador agradeceu a presença de todos. O presidente convidou o senhor Jean, representante do DER, para fazer o uso da tribuna. Em sua fala o senhor Jean cumprimentou a todos os presentes e também fez uma apresentação de sua pessoa. Prosseguindo com sua fala o senhor Jean, explicou que a três frentes de trabalhos do DER no Município. Uma das frentes está na manutenção das estradas, o mesmo salientou que foi muito cobrado pela população de Rondominas, para levar os trabalhos do DER para a região. O senhor Jean, lembrou que no começo dos trabalhos o mesmo não contava com carro próprio para visitar as localidades para vistorias, e por isso contava com o apoio do engenheiro Ariosvaldo. Também lembrou que contava com apenas uma máquina niveladora, mas agora já tem duas a disposição, inclusive uma delas está trabalhando nas estradas da região de Rondominas. Outro ponto elencado pelo senhor Jean, foi o apoio do Governador e vice-governador nos trabalhos do DER, no âmbito estadual. Concluindo sua fala o senhor Jean, agradeceu ao convite e se colocou à disposição para voltar e ajudar a população de Ouro Preto do Oeste. O presidente ressaltou o trabalho do senhor Jean na utilização da lama-asfáltica para tapar buracos na região de Nova União e convidou o senhor Jean, para comparecer uma próxima vez na Câmara Municipal da Estância Turística Ouro Preto do Oeste. O presidente informou que o projeto de lei do legislativo de número seiscentos e cinquenta e dois, não será votado em sessão extraordinária. Considerando o regime de urgência especial conforme consta nos ofícios juntados aos mesmos e de acordo com o parágrafo primeiro do artigo cento e doze e parágrafo primeiro do artigo cento e seis do regimento interno desta casa de leis, convoco os senhores vereadores para participarem da décima sexta sessão extraordinária do primeiro período legislativo que será realizada dentro de cinco minutos para deliberação do projeto de lei de número dois mil quatrocentos e cinquenta de ano de dois mil e dezenove. Não havendo mais matérias a serem



CÂMARA MUNICIPAL
ESTÂNCIA TURÍSTICA OURO PRETO DO OESTE
Secretaria Legislativa de Apoio Parlamentar - SLAP

deliberadas, o presidente declarou a sessão encerrada. Eu Fauguer Dioni Elias, secretário “*ad hoc*” lavrei a presente ata que lida e achada, conforme de acordo com disposto no artigo cento e dezoito do regimento interno desta casa de leis. Estância Turística Ouro Preto do Oeste – RO, ao vigésimo sétimo dia do mês de maio do ano de dois mil e dezenove.



Josimar Rabelo Cavalcante
Presidente - PTB

Jeferson André da Silva
Vereador – 1º secretário - MDB